



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12072 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: expansão das instituições privadas e a crise da super oferta de vagas

Alexandre Bueno - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Antonio Sousa Alves - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Clarice Alves de Oliveira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: expansão das instituições privadas e a crise da super oferta de vagas

INTRODUÇÃO

A erosão que marca a expansão da educação superior pode ser atrelada a transformação da educação em um serviço a que se tem acesso, não mais pela via da cidadania, mas pela via de consumo mediante ao pagamento (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008). Nesta lógica, assumindo o modelo neoliberal com a participação mínima do Estado e a organização da sociedade por meio das relações capitalista, observamos o avanço das Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP).

Neste sentido, estas empresas atuam em um mercado de livre concorrência, impulsionando a mercadorização da educação como estratégia para tornar seus negócios ainda mais lucrativos. Dentre as estratégias adotadas para a perenização destas IESP, constatamos o aumento indiscriminado da oferta de vagas para os cursos de graduação. Este crescimento desordenado, sem a consideração de uma demanda efetiva, pode revelar uma crise de equilíbrio de mercado ocasionado pelo excedente de oferta.

Considerando um prisma economicista e a função geral da oferta, Vasconcellos (2019) destaca que a oferta de um bem ou serviço pode ser afetada pelas seguintes variáveis:

quantidade ofertada de um bem; preço do bem; preço dos fatores de produção (mão de obra, matérias-primas, etc.); preço de outros bens substitutos na produção; tecnologia; e fatores ambientais.

Assim, longe de resumirmos a complexidade do cenário educacional em uma função de custo econômico, o objetivo da presente discussão é investigar sobre a expansão da oferta de vagas no ensino superior privado e seu concreto desdobramento a partir das variáveis acima apresentada. Para cumprir com o objetivo proposto, assumimos as seguintes perguntas norteadoras – Diante da atual configuração da educação superior, quais são as tensões causadas pela super oferta de vagas nos cursos de graduação? Os estabelecimentos privados de ensino garantem o acesso a cursos de qualidade?

Quanto ao percurso teórico-metodológico, consideramos aqui abordagem qualiquantitativa através da pesquisa bibliográfica, ponderando o necessário aporte teórico a partir das produções sobre o tema, as políticas públicas e os relatórios técnicos que servirão de suporte a análise e reflexões propostas. Contudo, consideramos que as obras e produções existentes acerca desta temática são resultados do homem historicamente situado, que se propõe a dialogar sobre as políticas públicas e a expansão do ensino superior privado no Brasil. Este texto integra parte de um referencial teórico em construção para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

DESENVOLVIMENTO

A disparidade entre a oferta de vagas para os cursos de graduação em instituições públicas e privadas evidenciam as políticas de governo direcionadas a expansão do ensino superior no Brasil. Neste sentido, observamos o tímido crescimento na oferta de vagas para os cursos de graduação nas instituições públicas, acompanhado nos últimos anos por cortes orçamentários e bloqueios de recursos federais. Em contrapartida, na iniciativa privada constatamos que a oferta de vagas cresce acentuadamente, impulsionando o avanço das empresas educacionais e a super oferta de vagas para os cursos de nível superior. Por este ângulo, ao discutir as políticas públicas, Santos e Almeida Filho contribuem que:

O desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são duas faces da mesma moeda. São dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinada a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando em um vasto campo de valorização do capitalismo educacional (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 21).

Colaborando, Pereira e Brito (2018) acrescentam que seja pelo arranjo das legislações, ou pelo aporte financeiro, a reforma do Estado e as demais reformas educacionais

implementadas no Brasil, sempre criaram condições favoráveis para o avanço das políticas de expansão da educação superior privada. Em concordância com os autores, observamos ainda que para a defesa dos seus interesses, estas instituições assumem diferentes estratégias se adaptando rapidamente as diferentes condições, sempre logrando êxito em busca de maiores lucros.

Sob esta visão, Mota, Evangelista e Castelo (2021) à luz de Antonio Gramsci, pontuam que a atual conjuntura do ensino superior é resultante das manifestações das configurações das políticas públicas de educação, em especial pelo fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia empresarial:

Grandes conglomerados financeiros avançam nas formas de empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização e financeirização dos sistemas educacionais. Estes se fortalecem no âmbito político-ideológico nas disputas pelas políticas públicas da educação, seja por meio de parcerias público-privadas e da atuação de seus aparelhos privados de hegemonia, seja ocupando espaços nos aparelhos estatais, a exemplo do Conselho Nacional de Educação (MOTTA; EVANGELISTA; CASTELO, 2021, p.2).

Portanto, a partir dos autores, podemos ponderar que a expansão dos aparelhos de hegemonia de caráter privado molda as relações no mundo capitalista. Assim, da mesma forma conforma a mercantilização, a financeirização e o empresariamento educacional que avança e estabelece o rumo da educação superior no Brasil.

Ao observamos os números do Censo do Ensino Superior (CENSUP), a partir do relatório anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2020, verificamos que as empresas educacionais avançam, da oferta total de 19.626.441 vagas em cursos de nível superior, 18.762.921 são ofertadas por estabelecimentos privadas, em detrimento a 863.520 ofertadas pelas instituições públicas (Tabela 1). É salutar ressaltar, que o total de vagas ofertadas é composto por vagas novas, vagas em programas especiais e vagas remanescentes, como veremos adiante na Figura 1.

Tabela 1. Número de vagas em curso de graduação por categoria administrativa e modalidade de ensino – Brasil 2015 - 2020

Categoria Administrativa	Modalidade de Ensino	Total					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Total Geral	8.531.655	10.662.501	10.779.086	13.529.101	16.425.302	19.626.441
	Presencial	5.749.175	6.180.251	6.075.252	6.358.534	6.029.702	6.110.141
	A distância	2.782.480	4.482.250	4.703.834	7.170.567	10.395.600	13.516.300
Pública	Total Pública	764.616	750.850	823.843	835.569	837.809	863.520
	Presencial	713.692	700.703	688.767	722.395	734.225	727.265
	A distância	50.924	50.147	135.076	113.174	103.584	136.255
Privada	Total privada	7.767.039	9.911.651	9.955.243	12.693.532	15.587.493	18.762.921
	Presencial	5.035.483	5.479.548	5.386.485	5.636.139	5.295.477	5.382.876
	A distância	2.731.556	432.103	4.568.758	7.057.393	10.292.016	13.380.045

Fonte: Elaborado pelos autores com base no CENSUP (2020).

Analisando a série temporal (horizontal), no período compreendido entre 2015 e 2020,

constatamos um crescimento de 130% na oferta de vagas para cursos de graduação. Ao considerarmos a categoria administrativa pública e privada, temos um crescimento de 12,9% em detrimento a 141,5%, respectivamente. Com relação aos números do ano 2020, 95,6% das vagas ofertadas no ensino superior estão nas IESP, destas 71,3% são ofertadas na modalidade de ensino a distância, ou seja, 13.380.045 em número absoluto.

Figura 1. Número de ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa – 2010 - 2020

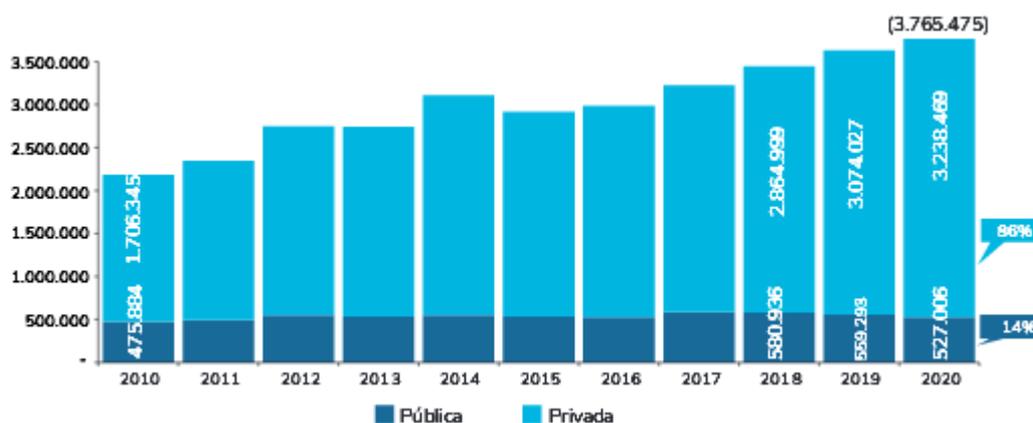
Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	19.626.441	14.328.139	60.859	5.237.443
Pública	863.520	668.890	9.930	184.700
Federal	492.599	373.185	3.160	116.254
Estadual	247.972	203.705	6.347	37.920
Municipal	122.949	92.000	423	30.526
Privada	18.762.921	13.659.249	50.929	5.052.743

Fonte: CENSUP (2020).

Continuando a análise, identificamos que no ano de 2020, das 19.626.441 vagas ofertadas para os cursos de graduação, 73% eram vagas novas e 26,7% vagas remanescentes. Observamos ainda, que do total de vagas remanescentes ofertadas em 2020, 95,5% delas foram ofertadas na rede privada (Figura 1).

Recorrendo a Figura 2, evidenciamos também que no ano de 2020 quase 3,8 milhões de estudantes ingressaram no ensino superior, e deste total, 86% iniciaram seu curso de graduação em uma instituição privada.

Figura 2. Número de ingressos em cursos de graduação por categoria administrativa – 2010 - 2020



Fonte: CENSUP (2020).

Paralelamente, ao confrontarmos os números de vagas ofertadas e de ingressantes nos cursos de graduação oferecidos pelas IESP no ano de 2020, temos a ocupação de apenas 17,3% das vagas ofertadas, ou seja, caracterizamos um desequilíbrio de mercado ocasionado pela super oferta de vagas para os cursos de graduação. Assim, Sandoval de Vasconcellos recorre as leis de mercado e colabora que em um mercado concorrencial, como o da educação superior privada, “quando ocorre excesso de oferta, os vendedores acumularão estoques não planejados e terão que diminuir seus preços concorrendo pelos escassos consumidores” (VASCONCELLOS, 2019, p.55).

Logo, as quantidades de vagas ofertadas resultam no decréscimo do valor das mensalidades que, no bojo da racionalização praticada no mercado, impactam negativamente na prestação do serviço educacional, e por sua vez, na forma de trabalho do professor, gerando tensões na condição e organização do trabalho docente. Ainda, nesta linha de análise, considerando outros bens substitutos na produção/prestação de serviços, evidenciamos o emprego indiscriminado da tecnologia para galgar novos mercados e substituir os professores, sempre com o intuito de reduzir custos. Por fim, muitas das vezes estas práticas tem provocado o aligeiramento dos cursos superiores, além de colocar em xeque a valoração do nível superior educação.

CONCLUSÃO

Longe de negar a importância das Instituições Privadas para a expansão da Educação Superior no Brasil, bem como o comprometimento de algumas delas com a qualidade do ensino, mediante a investigação apresentada, objetivamos dialogar com as políticas públicas e sua materialização no mercado educacional, considerando em especial o aumento no número de vagas nos cursos de graduação e sua influencia para a conjuntura do setor. Deste modo, através dos autores apresentados e dos números do Censo do Ensino Superior, podemos observar que a super oferta de vagas e a guerra de preços instaurada entre as IESP, impactam na percepção do valor do ensino superior. Além do mais, podemos concluir que o avanço do emprego das tecnologias impulsiona a modalidade de ensino a distância, desta forma a substituição de professores e o afrouxamento dos mecanismos de avaliação dos processos de aprendizagem, agrava ainda mais esta crise de mercado, impactando diretamente a qualidade do ensino ofertado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020** .

Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_ce
>. Acesso em: 26/07/2022.

CHAVES, Vera L. J. Finaceirização da Educação Superior Privado-Mercantil no Brasil. In: Políticas e Gestão da Educação Básica, Pós-Obrigatória e da Educação Superior. VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro e Administração da Educação, Lleida/Barcelona, Catalunha, Espanha. **Anais Eletrônico**, Organização: OLIVEIRA, João F. Recife: ANPAE, 2018. p.25-594. Disponível em: <https://anpae.org.br/IBERO2018/publicacao/Volume1.pdf>. Acessado em: 08 ago. 2022.

PEREIRA, Tarcísio L.; BRITO, Silvia H. A. As Reconfigurações do Setor Privado na Educação Superior. In: Políticas e Gestão da Educação Básica, Pós-Obrigatória e da Educação Superior. VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro e Administração da Educação, Lleida/Barcelona, Catalunha, Espanha. **Anais Eletrônico**, Organização: OLIVEIRA, João F. Recife: ANPAE, 2018. p.25-594. Disponível em: <https://anpae.org.br/IBERO2018/publicacao/Volume1.pdf>. Acessado em: 08 ago. 2022.

MOTA, Vania; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador. V.13, n.1, p.1-8, abr.2021. ISSN:2175-5604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/2292>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Boaventura, S.; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

VASCONCELLOS, Marco A. S. **Economia: Micro e Macro**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.